



## **Uma análise das possíveis diferenças de opinião no contexto de alterações proposta à IFRS 3 - Combinações de Negócios**

**Marjorie Cristinne Gomes Menezes Correia**  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
*E-mail: marjorie.menezes@ufpe.br*

**Priscila Cristine Pacheco Ferreira**  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
*E-mail: priscila.cristine@ufpe.br*

**Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque**  
Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL)  
*E-mail: fhalbuquerque@iscal.ipl.pt*

### **Resumo**

Este estudo pretende analisar a potencial existência de diferenças significativas entre as respostas dos seguintes grupos de *stakeholders*: profissionais contábeis e empresas, acadêmicos e preparadores financeiros. Os participantes se propuseram a participar da discussão sobre as propostas apresentadas pelo IASB para a atualização da IFRS 3 – Combinações de Negócios. Utilizando a técnica de análise de conteúdo foram examinadas 193 *comment letters* que foram enviadas ao IASB no contexto da *Discussion Paper* intitulada “Combinações de Negócios – Divulgações, *Goodwill* e *Impairment*”, sendo os dados posteriormente submetidos aos testes estatísticos bi-variados de *Mann-Whitney-U* e *Kruskal-Wallis* a o nível de significância de 5%. Os resultados deste estudo indicam a não existência de diferenças significativas entre as respostas obtidas pelos distintos grupos de *stakeholders*, mesmo quando tais grupos são agrupados em pares ou em sua totalidade, podendo inferir que os interesses particulares dos usuários estão conquistando maior simetria e uniformidade. O estudo contribui para compor a literatura acerca da uniformização das normas contábeis e percebe que com o aumento da globalização, a informação contábil está conseguindo atingir níveis menores de assimetria, aproximando os interesses particulares de cada usuário.

**Palavras-chave:** *Comment letters*; *Goodwill*; Combinação de Negócios; IFRS 3; *Stakeholders*.

**Linha Temática:** Contabilidade Financeira



## 1 Introdução

O *International Accounting Standards Committee* (IASC), antecessor do *International Accounting Standards Board* (IASB), já possuía a missão de redigir normas internacionais de contabilidade, com isso através da emissão das chamadas IAS (*International Accounting Standard*) foi introduzida a busca por uma maior harmonização internacional, apesar do conteúdo produzido pelo comitê não ser de aplicação obrigatória, abriu caminho para a difusão de interpretações técnicas uniformes (Rodrigues Junior et al., 1999).

As mudanças relacionadas à transição do IASC para o IASB é perceptível também nos termos utilizados para abordar o tema convergência. Assim, durante a existência do IASC utilizava-se o termo “harmonização”, ao passo que com o surgimento do IASB o termo difundindo passo a ser o de “convergência” indicando a intenção de direcionar os esforços para um ponto comum nos padrões normatizadores (Zeff, 2007).

Após o estabelecimento do IASB, surgiram as normas IFRS adotadas pelas diversas jurisdições ao redor do mundo, o que possibilitou um ambiente contábil mais transparente e comparável, mesmo com todos os problemas enfrentados durante o seu estabelecimento, como questões de cultura regulatória, conforme citado por Zeff (2007). Contudo, as ações direcionadas desde sua criação foi com base na busca por uma maior legitimidade e aceitação por partes dos diversos grupos de interesse.

Como parte do processo de legitimação, a Fundação IFRS busca a participação dos distintos *stakeholders*. Assim através das etapas do processo de definição dos padrões: agenda *consultation*, *research programme*, *standard-setting programme* e *maintenance programme* são requisitadas opiniões sobre projetos futuros e também outros já implementados, como consequência as normas emitidas estão sujeitas a ações de intervenção com intuito de produzir regulações favoráveis a determinados interesses (Sutton, 1984).

Habermas (1988) argumenta que parte do processo de legitimidade é proporcionar às partes igual oportunidade de expressar opiniões sobre determinadas normas. O mesmo entendimento é apresentado por Wingard e Bosman (2016) ao destacar a importância da participação dos países nas cartas comentários como parte da legitimação dos padrões IFRS.

Direcionando o seu papel de padronizador e de consulta aos *stakeholders*, a Fundação IFRS abriu uma consulta pública para dar início à revisão pós-implementação referente à IFRS 3 - Combinação de Negócios com foco no *Goodwill* e *Impairment*. O documento de consulta é um *discussion paper*, do qual resultará proximamente um *exposure draft*. Como tal, as opiniões e comentários apresentados nas *comment letters* são relevantes, na medida em que servirão de base para elaboração de uma proposta de alteração à IFRS 3 em vigor.

Em seu convite para comentários, o IASB ressaltou a importância do projeto no âmbito das fusões e aquisições e, bem assim, a relevância deste tema no cenário econômico. Além disso, tendo em conta mais especificamente o *goodwill*, está em causa um ativo que representa em média 46% do custo de aquisição em uma combinação de negócios (Carvalho, Rodrigues e Ferreira, 2016).

Diante disso, torna-se necessário investigar as diferenças nas opiniões dos grupos de respondentes. O presente estudo tem como objetivo responder ao presente problema de pesquisa: Observam-se diferenças de opinião entre os distintos *stakeholders* sobre as matérias propostas no âmbito da discussão pública da IFRS 3 – Combinação de Negócios proposta pelo IASB?



## 2 Fundamentação Teórica

### 2.1 IFRS 3

A IFRS 3 define combinação de negócios como “uma transação ou outro evento em que um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios.” (IASB,2018). Além disso, a norma é prescrita para servir de guia para a entidade relatora fornecer informações mais completas, melhorar a transparência, comparabilidade e relevância de operações com enquadramento na definição de combinação de negócios. Chen (2018) apontou a importância de informações comparáveis em decisões de aquisições.

A discussão em torno da temática combinação de negócios engloba questões de divulgação, principalmente em relação a informações fornecidas após aquisições, pois a norma atual prevê o fornecimento de informações subsequentes apenas de forma voluntária. Adicionalmente o *goodwill* é foco constante de revisões pós-implementação, a última revisão, ocorrida em 2014, concluiu uma necessidade de aperfeiçoamento do teste de *impairment*. Outros pontos são apresentados como possíveis influenciadores na aplicação da norma como, a extensão da norma (Liseloth & Johanna, 2007), país de aplicação (Lucas & Lourenço, 2014) e mercado na qual a empresa está inserida (Glaum et al.,2013).

Em relação ao *goodwill*, conforme apresentado na tabela 1, a IAS 22, norma anterior à IFRS 3, previa a amortização do *goodwill*. Contudo IASB, FASB e GAAP, através do acordo de *Norwalk*, em 2002, firmaram entendimento no sentido de uma busca por um maior alinhamento, mesmo sem a adoção das IFRS pela jurisdição americana. Assim, o FASB ao retirar a amortização do *goodwill* substituiu pelo teste de *impairment*, com isso na fase de implementação da IFRS 3 o IASB, ao consultar os *stakeholders*, decidiu manter o mesmo entendimento do normatizador americano (Hughes et al.,2017).

Tabela 1: Histórico do *goodwill*

Período	Aspectos gerais	Abordagem do <i>Goodwill</i>
IAS 22 (1981 A 2004)	Emitida com o objetivo de produzir uma norma internacional de caráter interpretativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diferença entre o custo de aquisição e a parte da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos menos os passivos assumidos.</li> <li>Amortização do <i>Goodwill</i> ao longo da sua vida útil</li> <li>O teste de <i>impairment</i> era obrigatório caso a vida útil fosse superior a 20 anos.</li> </ul>
IFRS 3 - 2004	O projeto iniciou com a revisão do IAS 22 (em vigor desde 1995).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ativo que representa os benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos numa concentração de atividades empresariais que não sejam individualmente identificados nem separadamente reconhecidos</li> <li><i>Goodwill</i> determinado pelo valor justo na data de aquisição</li> <li>Aplicação do teste de <i>impairment</i> anualmente</li> </ul>





IFRS 3 - 2008	Primeira revisão pós-implementação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ativo que representa os benefícios econômicos futuros decorrente de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios que não são individualmente identificados e reconhecidos separadamente.</li> <li>• <i>Goodwill</i> determinado pelo valor justo na data de aquisição</li> <li>• Aplicação do teste de <i>impairment</i> anualmente</li> </ul>
IFRS 3 - 2010 – presente	Emendas a norma e atual projeto de revisão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Debate sobre o retorno da amortização</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Deloitte – IAS Plus

Após a implementação da norma, as pesquisas voltaram-se para avaliar a efetividade do teste de *impairment*. Cavero, Amoró e Collazo (2021) analisaram a temática antes e depois da aplicação das IFRS, conforme a tabela 2 verifica-se pontos positivos na aplicação do teste de *impairment*, porém os autores destacam que o método, por ser mais flexível, está sujeito a uma maior arbitrariedade, contudo o método de imparidade deve ser melhorado e não substituído pela amortização do *goodwill*, dessa forma, tal entendimento converge com o mesmo entendimento da FASB, possuindo como justificativa o fato do método de amortização não ter uma base conceitual forte para a sua aplicação (Marques, Garnett, & Maroun, 2020).

Tabela 2: Comparação amortização e imparidade

Método de Amortização	Método de Imparidade
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior perda</li> <li>• Não tem relação com o desempenho da empresa</li> <li>• Posição mais “conservadora”</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ágio com maior valor</li> <li>• Menor perda por redução ao valor recuperável</li> <li>• Método com maior possibilidade de flexibilidade</li> <li>• Posição mais “liberal”</li> </ul>

Fonte: adaptado de Cavero, Amoró, & Collazo (2021)

O tópico nível de divulgação em uma combinação de negócios possui associação com a reação esperada do mercado, de acordo com Shalev (2009) empresas adquirentes buscam não divulgar informações desfavoráveis em combinações de negócios, contudo Lee (1974) recomenda uma apresentação integral das aquisições nas demonstrações, assim como a utilização do valor justo como métrica.

Porém, as empresas vão à contramão das recomendações de divulgação, conforme Castro e Oliveira (2016) um pouco mais da metade, 53,36%, dos requisitos exigidos foram aplicados nos relatórios, figurando como um número baixo de divulgação, apesar de não haver indícios de relação direta com o aumento da lucratividade e nível de divulgação de aquisições (Ferrer, 2016), as informações são essenciais e de cunho relevante para os usuários (Tsalavoutas, André, & Dionysiou, 2014).

## 2.2 Teoria dos Stakeholders



Para Freeman e Velamuri (2006), o termo *stakeholder* foi descoberto nos anos de 1970, por pesquisadores da teoria dos sistemas, tendo Russel Ackoff como líder. O *Stanford Research Institute* (SRI) argumentava que os gestores precisavam entender as preocupações dos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, credores e da sociedade, a fim de desenvolver objetivos que estes *stakeholders* iriam apoiar, uma vez que esse apoio seria necessário para o sucesso, em longo prazo, da organização (Singh, Freitas, & Valadão-Junior, 2019).

A Teoria dos *Stakeholders*, diferentemente da visão pré anos oitenta, veio justamente para inovar, recomendando as empresas que quando formularem suas estratégias de mercado volte sua atenção a todos os grupos e indivíduos afetados a serem afetados na promoção dos objetivos da organização, denominados de *stakeholders* (Lopes, 2018).

A teoria é apresentada como uma abordagem administrativa focada no gerenciamento ativo do ambiente corporativo, com o intuito de garantir a continuidade das empresas (Lopes, 2018 como citado em Machado-Junior, 2009). Visto isso, enfatiza-se o gerenciamento e a integração dos relacionamentos com e entre os *stakeholders*, apreciando os diversos interesses. Esta teoria renova por captar que a saúde do negócio depende da satisfação dos seus participantes, já que as pessoas ou organizações que possuam interesses legítimos nas ações de uma empresa mantêm seus relacionamentos com a intenção de obterem benefícios (Lopes, 2018).

De acordo com Huian (2013), para identificar quais os grupos de *stakeholders* mais ativos dentro da comunidade contábil, a grande maioria dos estudos nessa área se utiliza da análise das *comments letters* que são submetidas aos normatizadores. Neste contexto, as partes interessadas são todas as partes que enviam uma carta de comentários em resposta aos rascunhos de exposição do definidor de padrões. Então, quem poderiam ser essas partes interessadas? A resposta é: preparadores das informações contábeis, usuários, os profissionais contábeis, órgãos e entidades reguladoras e os acadêmicos, entre outros usuários que possam a ter interesses em tais informações.

De acordo com os autores McVea e Freeman (2005), cada ser humano tem informações, interesses, crenças e valores diferenciados, mesmo exercendo papéis que os classifiquem em grupos de interesse. As interações ocorrem no dia-a-dia das organizações entre os indivíduos reais, que possuem metas conflitantes (Alsos et al., 2011), e não entre os papéis ou grupos. Esta ‘nova’ concepção consolida o processo de inclusão de elementos subjetivos à noção de *stakeholders* na construção de um conceito mais pragmático.

Os estudos de Bessa e Matos (2013), Bui et al. (2017) e Piotrowska-Piatek (2017) abordam a identificação da diferenciação dos *stakeholders* de organizações específicas. Os autores destacam a importância de se utilizar a Teoria dos *Stakeholders* para embasar a identificação dos grupos de interesses de uma instituição. O estudo de Bui et al. (2017) permite observar a inexistência de padrões específicos para a identificação dos grupos de interesses de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas do Vietnã.

### 3 Hipóteses e Metodologia

Este estudo verifica a existência das diferenças significativas entre os *stakeholders* participantes nos processos de emissão/alteração de normas do IASB a partir das sobre as respostas apresentadas nas *comment letters* sobre o tema: Combinações de Negócios – Divulgações, *Goodwill* e *Impairment*.

A partir disso, o IASB gostaria de receber *feedback* de todas as partes interessadas, ou





seja, os *stakeholders* e é justamente a esse fato que o presente artigo tenta identificar os principais grupos interessados e participantes dessa discussão (IFRS Foundation, 2020).

Os autores Carmo, Ribeiro e Carvalho (2011) relatam que os respondentes podem possuir interesses distintos e que por isso, as respostas podem variar. Os autores Mellado-Bermejo e Esteban (2014) relatam que as *comment letters* permitem aos investigadores compreenderem melhor as questões críticas acerca de uma nova norma, permitindo analisar a ligação entre as *comment letters* e a norma final. Este tipo de informação é importante para os utilizadores em geral, pois permite aferir os fatores econômicos e políticos no processo de normalização contábil derivados de interesses particulares de determinado(s) grupo(s) de *stakeholders* (Mellado-Bermejo & Esteban, 2014).

Saemann e Crooker (1999) considera que os utilizadores da informação financeira têm maior interesse em demonstrações financeiras uniformes, uma vez que isso aumenta a comparabilidade entre empresas, tornando- a informação financeira mais perceptível, tendo preferência, ainda, por elevados níveis de divulgação, então verificar se ocorre ou não diferenças significativas entre os *stakeholders* podem trazer resultados acerca da uniformização das normas.

A partir do que foram discutidas acima, as seguintes hipóteses foram definidas:

Tabela 3: Quadro das hipóteses definidas

Hipóteses	Proposta
•H0:	Não se observam diferenças significativas entre as opiniões obtidas a partir das <i>comment letters</i> dos distintos <i>stakeholders</i> sobre a discussão pública da IFRS 3 - Combinações de Negócios proposta pelo IASB.
•H1:	Observam-se diferenças significativas entre as opiniões obtidas a partir das <i>comment letters</i> dos distintos <i>stakeholders</i> sobre a discussão pública da IFRS 3 - Combinações de Negócios proposta pelo IASB.

Fonte: autoria própria.

Para avaliar as hipóteses apresentadas, foram utilizados neste estudo os testes não paramétricos bi-variados *Mann-Whitney-U* e *Kruskal-Wallis*, usualmente utilizado em estudos dessa natureza (Cariano et al., 2017 como citado em Carmo, Ribeiro, & Carvalho, 2011). Esses testes usaram como recurso estatístico o *software Excel*, definido o nível de significância (p value) de 5%.

A classificação das respostas obtidas é apropriada, tendo em vista as características e os objetivos do estudo, à semelhança do realizado por Cariano et al. (2017). Para a realização do artigo os dados foram coletados pelas *comment letters* que foram enviadas pelos *stakeholders* para a discussão sobre Combinação de Negócios no período de março de 2020 até o dia 15 de setembro de 2020.

Durante esse período, foram submetidas 193 *comment letters* relativas a tal discussão, no qual algumas cartas não respondiam as catorze questões trazidas pelo IASB, variando assim o quantitativo de respostas entre cada uma delas. Assim, foram analisadas 193 cartas de resposta usando a análise de conteúdo qualitativa por meio do qual foram obtidos os dados necessários a elaboração desse projeto.

Os estudos em abordagem qualitativa vêm ganhando notoriedade no campo das pesquisas contábeis justamente pela sua característica exploratória. Com isso, uma das técnicas utilizada





para a análise de dados qualitativos é a análise de conteúdo, visto que tal análise permite ao pesquisador uma maior compreensão das comunicações que serão observadas (Silva & Fossá, 2015).

O acesso às cartas foi obtido por meio do sítio eletrônico da IFRS Foundation. Além de coletar as informações sobre as discussões no site da IFRS, sempre que necessário, também se foi coletada a informação que serviu de base à caracterização dos respondentes, tendo em vista a revisão de literatura apresentada, foi identificada por meio das respectivas redes sociais ou sites que constavam nas respostas enviadas.

As 14 questões apresentadas na *Discussion Paper* foram analisadas e condensadas na tabela abaixo, contendo as respectivas perguntas principais de cada questão, uma vez que a maioria das questões apresentava alternativa e explicações adicionais:

Tabela 4: Questões do *Discussion Paper* (2020) selecionadas para o estudo

N	QUESTÕES
1	O Conselho é da opinião de que os benefícios de fornecer essas informações superariam os custos de fornecê-las. Você concorda com a conclusão do Conselho?
2	O Conselho deve adicionar novos requisitos para informações a serem divulgadas sobre o desempenho subsequente de uma aquisição?
3	O Conselho deve desenvolver novos requisitos de divulgação, para adicionar informações que ajudem os investidores a compreender: <ul style="list-style-type: none"> <li>• os benefícios que a administração de uma empresa espera de uma aquisição, e</li> <li>• até que ponto uma aquisição está atendendo aos objetivos da administração para essa aquisição?</li> </ul>
4	O Conselho deveria desenvolver propostas que exijam que uma empresa divulgue: <ul style="list-style-type: none"> <li>• uma descrição das sinergias esperadas da combinação das operações comerciais adquiridas com os negócios da empresa.</li> <li>• quando são esperadas sinergias.</li> <li>• o valor estimado ou intervalo de valores das sinergias; e</li> <li>• o custo esperado ou faixa de custos para atingir essas sinergias; e</li> <li>• a especificação de que passivos decorrentes de atividades de financiamento e passivos de planos de financiamento</li> </ul> <p>As pensões de benefício definido são as principais classes de passivos. Você concorda com o parecer preliminar do Conselho?</p>
5	A IFRS 3 Combinações de Negócios exige que as empresas forneçam, no ano de aquisição, informações proforma mostrando a receita de atividades normais e lucros ou perdas para o período de negócios combinados para o período de relatório atual, como se a data de aquisição tivesse sido no início do período de relatório anual. Você concorda com o parecer preliminar do Conselho?
6	O Conselho investigou se é viável realizar o teste de imparidade em unidades geradoras de caixa que contêm <i>goodwill</i> , de forma significativamente mais eficaz, para atingir o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável sobre o ágio em tempo hábil que o teste de redução ao valor recuperável do valor estabelecido na IAS 36 Imparidade de Ativos. A opinião preliminar do Conselho é que este não é viável. Você concorda com o parecer preliminar do Conselho?
7	O Conselho não deveria reintroduzir a amortização do <i>goodwill</i> e, em vez disso, manter o modelo de imparidade único para a contabilização subsequente do <i>goodwill</i> . Você concorda com o parecer preliminar do Conselho?
8	O Conselho deve desenvolver uma proposta para exigir que as empresas apresentem em seus balanços o valor total do patrimônio líquido, excluindo o ágio. O conselho provavelmente exigiria que as empresas apresentassem esse valor como um item separado, não como um subtotal dentro da estrutura do balanço. Você concorda com o parecer preliminar do Conselho?
9	O Conselho deve desenvolver propostas para que elimine a necessidade de realizar um teste quantitativo de redução ao valor recuperável a cada ano. Não exigiria um teste quantitativo de



	redução ao valor recuperável, a menos que haja uma indicação de redução ao valor recuperável. A mesma A proposta também seria desenvolvida para ativos intangíveis com vida útil indefinida e ativos intangíveis que eles ainda não estão disponíveis para uso. Você concorda com o parecer preliminar do Conselho?
<b>10</b>	O Conselho espera que essas mudanças reduzam o custo e a complexidade dos testes de deterioração e fornecer informações mais úteis e compreensíveis. O Conselho deve desenvolver essas propostas? Por que ou por que não?
<b>11</b>	O Conselho não deve simplificar ainda mais o teste de imparidade de valor. O Conselho deve desenvolver alguma das simplificações?
<b>12</b>	O Conselho não deve desenvolver uma proposta para permitir que alguns ativos intangíveis sejam incluídos no ágio. Você concorda que o Conselho não deveria desenvolver esta proposta? Por que ou por que não?
<b>13</b>	Suas respostas às perguntas neste Documento de Discussão dependem se o resultado é consistente com o US GAAP como existe atualmente ou como poderia ser após o trabalho atual do FASB?
<b>14</b>	Você tem algum outro comentário sobre as opiniões preliminares do Conselho apresentadas nesta Declaração de Discussão?

Fonte: autoria própria.

Reitera-se que, apesar da maioria dos respondentes ter seguido a estrutura das questões colocadas, alguns não o fizeram, indicando apenas sua posição em geral, ou até mesmo deixando de responder algumas das questões. Alguns respondentes deram respostas breves, ocasionalmente apenas “sim” ou “não”, e outros responderam de modo exaustivo, com exemplos, explicações detalhadas de suas posições e como as alterações afetariam suas organizações e, em alguns casos, fornecendo hipóteses alternativas e sugestões de melhoria.

Para a realização deste projeto, as questões foram analisadas através da análise da resposta em “sim” (concordância) ou “não” (discordância) para cada uma das questões, codificadas com “1” e “0”, respectivamente, foi considerada suficiente para atingir os objetivos propostos, à semelhança de Carmo, Ribeiro e Carvalho (2011). Assim, os respondentes foram divididos em três grandes grupos: Acadêmicos, Profissionais Contábeis e Empresas e Preparadores Financeiros tendo como base os estudos de Cariano et al. (2017) e Carmo, Ribeiro e Carvalho (2011).

O primeiro grupo engloba os estudantes, professores e universidades que se dispuseram a participar da discussão. O segundo grupo contém os profissionais contábeis independentes ou aqueles associados às organizações, também comporta as grandes empresas de auditoria e outras empresas também como, por exemplo, a Petrobrás. O terceiro e último grupo associa as instituições que visam a preparação das informações bem como o próprio IFRS. Abaixo, segue tabela resumindo os grupos e seu percentual de participação:

Tabela 5: Percentual de Participação dos Grupos

Grupos de <i>Stakeholders</i>	Número de Respostas	%Participação
<b>Acadêmicos</b>	50	25,91
<b>Preparadores Financeiros</b>	95	49,22
<b>Profissionais Contábeis e Empresas</b>	48	24,87
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria

Percebe-se que o grupo mais ativo foi o de preparadores financeiros e, por sua vez, o grupo dos profissionais contábeis e empresas foram os que menos contribuíram para a discussão. A grande participação dos preparadores financeiros pode ser concluída como consequência do





elevado uso e promoção dos instrumentos financeiros pelas instituições financeiras (Albuquerque et al, 2015; Huian,2013). O ponto seguinte deste artigo apresenta os resultados obtidos, à luz da metodologia descrita acima.

## 4 Resultados

A tabela 6 apresenta os percentuais das respostas obtidas

Tabela 6: Percentuais de Respostas divididos por grupo

Q	ACADÊMICOS					PREPARADORES FINANCEIROS					PROFISSIONAIS CONTÁBEIS E EMPRESAS				
	1	%	0	%	T	1	%	0	%	T	1	%	0	%	T
1	20	65	11	35	31	31	66	16	34	47	16	67	8	33	24
2	13	43	17	57	30	39	78	11	22	50	16	64	9	36	25
3	25	83	5	17	30	36	78	10	22	46	15	60	10	40	25
4	26	81	6	19	32	36	80	9	20	45	16	64	9	36	25
5	23	82	5	18	28	38	84	7	16	45	17	68	8	32	25
6	23	79	6	21	29	38	84	7	16	45	22	88	3	12	25
7	24	63	14	37	38	48	69	22	31	70	30	81	7	19	37
8	9	32	19	68	28	9	21	34	79	43	4	17	20	83	24
9	13	45	16	55	29	20	53	23	47	43	16	67	8	33	24
10	15	50	15	50	30	35	78	10	22	45	19	83	4	17	23
11	10	33	20	67	30	29	66	15	34	44	6	86	1	14	7
12	16	53	14	47	30	37	80	9	20	46	1	5	19	95	20
13	10	33	20	67	30	5	11	39	89	44	5	11	40	89	45
14	14	44	18	56	32	20	48	22	52	42	9	41	13	59	22

Fonte: autoria própria

Nota-se que a questão 7, que trata especificamente da reintrodução da amortização no cálculo do *goodwill* obteve maior percentual de aceitação dos preparadores financeiros, visto que a sua grande maioria alega a maior praticidade e objetividade desse tipo de análise. Diferentemente dos acadêmicos que relatam não estarem satisfeitos com essa reintrodução, alegando que uma junção entre o teste de *impairment* e os cálculos da amortização seriam mais fidedignos ao resultado final dessa mais-valia.

A última questão solicitava aos respondentes que eles contribuíssem com algum comentário ou sugestão acerca do debate apresentado e, dessa vez, os preparadores financeiros foram os que menos contribuíram para essa discussão de forma subjetiva, visualiza-se a partir da tabela que seu percentual de “nãos” foi de 52,39%, o maior entre os grupos.

A partir da elaboração do teste de *Mann-Whitney-U* foi possível verificar se existe ou não diferença significativa entre as respostas obtidas dos distintos *stakeholders* divididos em grupos de dois a dois. Nesse sentido, é observado que não existe diferença significativa entre os respondentes, visto que o *p-value* ficou acima do nível de significância estipulado, conforme demonstrado na tabela 7.

Isso pode indicar que tais grupos de respondentes não responderam a discussão com base



em seus interesses próprios, ao contrário do que afirmaram os autores Tandy e Wilburn (1996) e Jorissen et al. (2006) quando relataram que os variados *stakeholders* agem na defesa de seus interesses particulares, criando até conflitos entre si.

Tabela 7: Resultados obtidos a partir do teste de *Mann-Whitney-U*

Questão Stakeholders	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14
Acadêmicos versus Preparadores Financeiros	0,667	0,667	0,667	0,667	0,667	0,667	0,667	0,667	0,333	0,667	0,667	0,667	0,667	0,333
Acadêmicos versus Profissionais Contábeis e Empresas	0,667	0,667	0,333	0,667	0,667	0,667	0,667	0,667	0,667	0,667	0,333	0,667	0,667	0,333
Preparadores Financeiros versus Profissionais Contábeis e Empresas	0,667	0,667	0,667	0,667	0,667	0,667	0,667	0,667	0,333	0,667	0,333	0,667	0,667	0,333

Fonte: autoria própria

Em consonância com os estudos de Carmo, Ribeiro e Carvalho (2011), não foram verificadas divergências significativas entre os padrões de comentários dos distintos *stakeholders* analisados, considerando suas categorias. Os autores ainda relatam que isso pode ser um aspecto positivo, visto que a convergência internacional é o principal objetivo das normas internacionais.

Algumas explicações plausíveis desses resultados podem estar na pressão exercida pelo processo de globalização econômica, que tem impulsionado a troca de experiências e conhecimentos mútuos na contabilidade já que a principal função desta é reduzir a assimetria de informação e, conseqüentemente, do custo de capital das empresas (Habib, 2007; La Porta et al., 2008).

O teste de *Kruskal-Wallis* também foi realizado e reitera os resultados conseguidos através do teste de *Mann-Whitney-U*, ou seja, também não houve diferenças significativas entre as respostas dos participantes, porém agrupados em sua totalidade, conforme se visualiza na tabela 8:

Tabela 8: Resultados obtidos a partir do teste de *Kruskal-Wallis*

Questão	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14
N.Sig.	0,620	0,651	0,462	0,773	0,867	0,565	0,651	0,773	0,165	0,863	0,156	0,867	0,964	0,102

Fonte: autoria própria.

## 5 Conclusões

Com vista nos resultados apresentados, foi possível constatar, em termos gerais, que não existem diferenças significativas entre os distintos grupos de *stakeholders* participantes da *Discussion Paper* analisada conforme foi apontado pelos resultados dos testes de *Mann-Whitney-U* e *Kruskal-Wallis*.

Verificou-se também, de forma geral, uma maior insegurança à novas propostas pelo grupo dos acadêmicos. Percebe-se que tal grupo ficou contra a maioria das novas sugestões debatidas na discussão, o que pode ser considerado um maior conservadorismo e apego ao princípio da prudência, indicando que este grupo opta por soluções que enfatizem a fidedignidade das divulgações das informações acima da praticidade e da redução de custos que algumas mudanças poderiam trazer.



A não existência de diferença significativa encontrada está em linha com os estudos Carmo, Ribeiro e Carvalho (2011). As prováveis explicações desses resultados podem ser relacionadas à pressão que é exercida pelo processo de globalização econômica que tem impulsionado a troca de conhecimentos sobre a normatização contábil, contribuindo para a simetria da informação (Carmo et al., 2011).

Uma limitação encontrada na produção desse projeto é a metodologia utilizada, visto que a análise de conteúdo qualitativa pode ser considerada subjetiva já que depende da interpretação dos autores. Contudo, é concluso que existem diferenças apontadas nas respostas dos diferentes grupos, o que pode indicar a pretensão particular acima dos benefícios e prejuízos que a proposta do IASB pode trazer aos *stakeholders*.

Exemplo disso é que a grande maioria que se mostrou contra as propostas apresentadas alegou que isso traria mais custos do que eficácia aos negócios e as transações financeiras, porém opiniões contrárias, inclusive de empresas, afirmaram que as atualizações poderiam reduzir custos excessivos, principalmente no cálculo do *goodwill*.

Para Cariano et al. (2017), perceber os impactos e a incidência dos conceitos relacionados à prática contábilística, com base no julgamento profissional, contribui para que os objetivos que estão por trás do processo de harmonização, designadamente a efetiva comparabilidade do relato financeiro em nível internacional, sejam mais facilmente atingidos.

## 6 Referências

- Alsos, G. A., Hytti, U., & Ljunggren, E. (2011). Stakeholder theory approach to technology incubators. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*.
- Bessa, R. J., & Matos, M. A. (2013). Optimization models for EV aggregator participation in a manual reserve market. *IEEE Transactions on Power Systems*, 28(3), 3085-3095.
- Bui, B., Hoang, H., Phan, D. P., & Yapa, P. S. (2017). Governance and compliance in accounting education in Vietnam—case of a public university. *Accounting Education*, 26(3), 265-290.
- Cariano, A., ferreira de Albuquerque, F. H., Marcelino, M., & Rodrigues, N. (2017). Contabilidade das operações de leasing: análise de possíveis ocorrências de lobbying no processo de emissão da IFRS 16. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 11(4).
- Carmo, C., Ribeiro, A., & Carvalho, L. (2011). Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. *Revista Contabilidade Financeira*, 22(57), 242-262.
- Carvalho, C., Rodrigues, A. M., & Ferreira, C. (2016). The recognition of goodwill and other intangible assets in business combinations—The Portuguese case. *Australian Accounting Review*, 26(1), 4-20.
- Castro, W. B., & Oliveira, A. V. (2016). Nível de Evidenciação de Combinações de Negócios nas empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 8(1).
- Cavero Rubio, J. A., Amorós Martínez, A., & Collazo Mazon, A. (2021). Economic effects of goodwill accounting practices: systematic amortisation versus impairment test. *Spanish Journal of Finance and Accounting/Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 50(2), 224-245.
- Chatham, M., Larson, R., & Vietze, A. (2010). Issues affecting the development of an international accounting standard on financial instruments. *Advances in Accounting*, 26, 97-107.
- Chen, C. W., Collins, D. W., Kravet, T. D., & Mergenthaler, R. D. (2018). Financial statement comparability and the efficiency of acquisition decisions. *Contemporary Accounting Research*, 35(1), 164-202.





Deloitte – IAS Plus. IFRS 3 — Business Combinations. Recuperado em 20 de agosto, 2021 de <https://www.iasplus.com/en/standards/ifrs/ifrs3>

Ferrer, R. C. (2016). Financial performance, liquidity, financial leverage and the extent of their compliance with IFRS3 business combination between 2006-2010: A test ross' signaling theory. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 20(2), 74.

Freeman, R. E., & Velamuri, S. R. (2006). A new approach to CSR: Company stakeholder responsibility. In *Corporate social responsibility* (pp. 9-23). Palgrave Macmillan, London.

Glaum, M., Schmidt, P., Street, D. L., & Vogel, S. (2013). Compliance with IFRS 3-and IAS 36-required disclosures across 17 European countries: company-and country-level determinants. *Accounting and business research*, 43(3), 163-204..

Habermas, J. *Legitimation Crisis*. Cambridge: Polity Press, 1988.

Habid, A. Legal Environment, Accounting Information, Auditing and Information Intermediaries: survey of the emperical literature. *Journal of Accounting Literature*, v. 26, 2007.

Hughes, S. B., Larson, R. K., Sander, J. F., & Xiques, G. (2017). Difficulties converging US GAAP and IFRS through joint projects: The case of business combinations. *Advances in accounting*, 39, 1-20.

Huian, M. C. (2013). Stakeholders' participation in the development of the new accounting rules regarding the impairment of financial assets. *Business Management Dynamics*, 2(9), 23.

IASB (2018). *Internacional Accounting Standards Board. IFRS 3 – Business Combianction*.

IFRS Foundation, 2020. Discussion Paper: Business Combinations—Disclosures, Goodwill and Impairment. Recuperado em 30 de agosto, 2021, de <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/goodwill-and-impairment/goodwill-and-impairment-dp-march-2020.pdf>

Jorissen, Ann; Lybaert, Nadine; Van de Poel, Katrien. Lobbying towards a global standard setter-do national characteristics matter?: an analysis of the comment letters written to the IASB. *International Accounting: standards, regulations and financial reporting*. Netherlands: Elsevier, p. 1-40, 2006.

La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., & Shleifer, A. (2008). The economic consequences of legal origins. *Journal of economic literature*, 46(2), 285-332. Lee, T. A. (1974). Accounting for and disclosure of business combinations. *Journal of Business Finance & Accounting*, 1(1), 1-21.

Lee, T. A. (1974). Accounting for and disclosure of business combinations. *Journal of Business Finance & Accounting*, 1(1), 1-21.

Liseloth, A., & Johanna, K. (2007). Applying IFRS 3 in Accounting for Business Acquisitions. rapport nr.: Externredovisning och företagsanalys 06-07-28m.

Lopes, B. L. (2018). Proposta de modelo para avaliação da gestão da conta vinculada de contratos de terceirização em IFES, baseada na Teoria do Stakeholder e no Performance Prism: um estudo de caso.

Marques, G. K., Garnett, R., & Maroun, W. (2020). Challenging the accounting for goodwill in the context of a business combination. *South African Journal of Economic and Management Sciences*, 23(1), 1-16.

McVea, J. F., & Freeman, R. E. (2005). A names-and-faces approach to stakeholder management: How focusing on stakeholders as individuals can bring ethics and entrepreneurial strategy together. *Journal of management inquiry*, 14(1), 57-69.

Mellado-Bermejo, L., & Esteban, L. (2014). An exploratory study of countries participation intensity in comment-letters: Leases accounting proposal. *Encuentro AECA: "Recuperação económica: confiança e investimento na Europa*, 16.



- Piotrowska-Piątek, A. (2017). External stakeholders of higher education institutions in Poland: Their identification and significance. *Education and Society*, 35(1), 43-61.
- Rodrigues Junior, J. R. N., Espiridião, L. D., Aragão, V. M. C., & Niyama, J. K. (1999). Princípios contábeis europeus e brasileiros: uma abordagem comparativa.
- Saemann, G. P., & Crooker, K. J. (1999). Student perceptions of the profession and its effect on decisions to major in accounting. *Journal of Accounting Education*, 17(1), 1-22.
- Shalev, R. (2009). The information content of business combination disclosure level. *The Accounting Review*, 84(1), 239-270.
- Silva, A. H., & Fossá, M. I. T. (2015). Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualitas Revista Eletrônica*, 16(1).
- Singh, A. S., Freitas, V. A. F., & Júnior, V. M. V. (2019). Teoria dos Stakeholders e Práticas de Gestão na Escola Pública Básica: Um Estudo de Multicasos. *Education Policy Analysis Archives*, 27.
- Sutton, T. G. (1984). Lobbying of accounting standard-setting bodies in the UK and the USA: A Downsian analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 9(1), 81-95.
- Tandy, Paulette R.; Wilburn, Nancy L. The Academic Community's Participation in Standard Setting: Submission of Comment Letters on SFAS Nos. 1-117. *Accounting Horizons*, v.10, p. 92-111, Sep. 1996.
- Tsalavoutas, I., André, P., & Dionysiou, D. (2014). Worldwide application of IFRS 3, IAS 38 and IAS 36, related disclosures, and determinants of non-compliance. ACCA research report, 134.
- Wingard, C., Bosman, J., & Amisi, B. (2016). The legitimacy of IFRS: An assessment of the influences on the due process of standard-setting. *Meditari Accountancy Research*
- Zeff, S. A. (2007). Some obstacles to global financial reporting comparability and convergence at a high level of quality. *The British Accounting Review*, 39(4), 290-302.